

MOSTRA DOCUMENTAL

arquivos, transparência e documentos de prova

Fraudes diplomáticas praticaram-se correntemente nos cartórios monásticos e seculares da Idade Média, na fase de processos rudimentares de autenticação que procedeu a instituição do notariado público, afirma o historiador Rui de Azevedo.

Deveram -se essencialmente à situação comum no mundo cristão de lutas e rivalidades entre prelados diocesanos e institutos monásticos criados dentro das fronteiras eclesiásticas dos primeiros, que investidos de direitos e isenções que normalmente competiam à hierarquia episcopal, conduzia a hostilidades e disputas entre si. Este ambiente ambíguo tornou-se muitas vezes propício a falsificações de títulos e privilégios com a finalidade de garantir a posse de bens e direitos adquiridos de forma lícita ou ilícita.

Poucos foram os documentos originais desta época – séculos XII e XIII – a chegarem até nós, pelo que se torna fundamental a análise diplomática e paleográfica dos documentos para distinguir documentos apógrafos (cópias de documentos originais) e documentos apógrifos (falsos). Note-se que uma cópia figurada não implicava a intenção de fraude, principalmente numa época em que era corrente a sua utilização para fins honestos. Só a análise interna do documento e a apreciação da realidade histórica em que o documento é produzido, permite confirmar se estamos perante uma cópia fidedigna de um original desaparecido ou de um documento parcial ou totalmente engendrado.

Segundo Saúl António Gomes, a Diplomática é uma ciência histórica — que muitos historiadores consideram auxiliar — cujo objectivo é, a partir de metodologias e questões específicas, proceder ao estudo científico do documento escrito na sua forma e conteúdo, definindo a sua autenticidade e valor probatório enquanto testemunho de dados e factos históricos. Neste sentido, a Diplomática pressupõe um discurso científico plural, recorrendo a ciências como a Paleografia, a Sigilografia ou a Cronologia, entre outras. [...] Pela crítica da autenticidade diplomática, assente em elementos de análise sólidos e demonstrados, se pode comprovar a sinceridade ou falsidade de um documento.

A presente mostra documental reflete sobre esta realidade através de uma pequena seleção de documentos do acervo da Torre do Tombo, nomeadamente do Cabido da Sé de Coimbra, do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e do Mosteiro de Alcobaça.

Bibliografia:

Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses*. Lisboa : Academia Portuguesa de História, 1958- . 2 vol.; V. 1, t. 1: *Documentos Régios: documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques A.D. 1095-1185*. Tomo I, 1968; Rui de Azevedo, *Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra : séculos XII e XIII*. Lisboa : Edição de José Fernandes Júnior, 1935; João Pedro da Costa Basto, *Observações diplomáticas sobre o falso documento da Aparição de Ourique por um paleographo*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1850; Maria do Rosário Barbosa Morujão, *A Sé de Coimbra : a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Coimbra: Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra. 2005; Saúl António Gomes, *Anotações de Diplomática Eclesiástica Portuguesa*, HVMANITAS - Vol. L Universidade de Coimbra, (1998)